

MOÇAMBIQUE

Vítimas da paz consumada

Revoltados com o abandono a que foram votados, os desmobilizados fazem ameaças de guerra e sobrevivem com «biscates» na candonga

EXPRESSO, 5.4.96

REFINALDO CHILENGUE correspondente em Maputo

«UM MAU carácter quando recebe uma lata de 'fresco' fá-lo com a mão direita, e, com muita segurança, depois de beber o conteúdo, muda-a para a mão esquerda e atira-a fora, sem se preocupar onde vai cair ou se causará algum dano», disse Ibraimo Joaquim, 30 anos, desmobilizado das tropas governamentais em 1994, depois de cinco anos a «guardar o Presidente da República, os seus familiares e interesses».

Ibraimo, aliás, «Che Guevara», diz que a sua mãe, Ancha Seabra, de 49 anos, continua a aguardar a vinda do seu terceiro filho, «raptado» pelas milícias da Frelimo em 1989 em Namialo, província de Nampula, quando regressava da «fruta» (mercado rural improvisado), onde fora comprar sal. «Recordo-me de ter visto companheiros a morrer em emboscadas quando escoltavamos pedras e relva, para a construção do complexo residencial do Presidente da República, em Maleiça, sua terra natal. Protegíamos familiares do Presidente como se dele próprio se tratasse. Em 1992, dormíamos no cemitério, protegendo a tumba da avó do Presidente. Hoje, somos atraídos como uma lata vazia», comenta «Che», visivelmente angustiado, narando uma longa e penosa trajetória ao serviço do regimento de guarnição presidencial.

Agora «desenrascam» a vida vendendo discos compactos, cigarros e velas de iluminação comprados com o dinheiro do subsídio de desmobilização atribuído pela Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ). Apenas recebe cerca de 2003 escudos, levantados de dois em dois meses. O resto vem do que conseguiu poupar dos seus 12.900 meticais (cerca de 180 escudos), que constituíam o seu ordenado à data da desmobilização.

«Podíamos roubar, mas preferimos candongar»

«Os subsídios da ONUMOZ acabam este mês; depois disso, não sei o que será a minha vida, a dos meus três filhos e das minhas duas mulheres. Mesmo agora, as condições não me permitem viver com as crianças e as minhas duas senhoras estão dispersas pelas casas de familiares», afirma Ibraimo, debruçado sobre um amontoado de lençóis, mantas e peças de vestuário esfarrapados e de latas, que servem de painéis, agrupados num canto de um cubículo que é utilizado como residência pelo ex-guarda presidencial, num prédio do bairro Polana Cimento.

Ibraimo, com a sexta-classe de escolaridade, alerta as autoridades para o risco que corre a paz em Moçambique, perante a marginalização dos que foram ensinados a matar e a sobreviver utilizando a violência. «Fizemos a guerra, fizemos a paz. Mas também podemos voltar a fazer a guerra, que é o que melhor sabemos fazer», adverte o ex-guarda, sublinhando que «há pessoas e coisas que jamais perdoarei».

Hoje, o quotidiano de «Che Guevara» é uma

enfadonha rotina. Acorda, come — quando come — do que tiver, e as longas e cansativas horas do dia são invariavelmente passadas, sentado num muro, no Estrela Vermelha — um dos mais perigosos e famosos mercados paralelos da capital moçambicana, onde se vende e compra quase tudo, incluindo «executores de castigos» ou mesmo «carrascos», para silenciar alguém que perturbe o interessado pelo «serviço».

«Fomos ensinados a violentar e a matar. Podíamos roubar ou praticar outras acções ilícitas, mas preferimos candongar. Se não der para viver, também não nos podemos deixar morrer...», afirmou Ussene Vazir Abdala, 25 anos, natural de Nampula, também desmobilizado da Frelimo.

Há cerca de 150 mil ex-combatentes da Frelimo e da Renamo desmobilizados à luz dos acordos de paz de 1992.

O seu nome completo é Maria Amélia António Maticombe, mais conhecida por «Melita», 40 anos, natural de Maputo, mãe de dois filhos. Ex-guerrilheira da Renamo tem à sua responsabilidade um agregado de cinco pessoas e vive num modesto apartamento de duas assoalhadas, no segundo andar de um prédio na Avenida Eduardo Mondlane, uma das principais de Maputo.

Aderiu «voluntariamente» à Renamo em Outubro de 1988, na província de Maputo, e foi capturada pela Frelimo em Abril de 1991. Depois de «violentíssimos interrogatórios», os serviços secretos — Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), agora SISE — concluíram «não existir nenhuma matéria comprovativa de que é colaboradora dos 'BA' ('Bandidos Armados)». Três meses depois, «Melita» regressava à sua base, vindo a ser desmobilizada em 1994, já com a patente de major nas fileiras da guerrilha.

A major «Melita» é hoje secretária do chefe da bancada parlamentar da Renamo na Assembleia da República, Raul Domingos, e tem um ordenado mensal de 340 mil meticais (cerca de 4700

escudos). Recebia dos subsídios da ONUMOZ qualquer coisa como 1.164.240 meticais (cerca de 16.740 escudos) de dois em dois meses, o que «dava muito jeito».

Abandonar os filhos

«Melita» está desesperada com o fim dos subsídios e pensa mandar os filhos para a África do Sul, onde residem alguns familiares. «Prefiro que sofram longe de mim a vê-los a morrer lentamente, sem nada poder fazer».

Os esquemas de sobrevivência dos milhares de desmobilizados em Moçambique são vários. Uns entregam-se a práticas ilícitas enquanto outros se «desenrascam» nos «dumbanengues» ou abrem pequenos negócios. Dias Issufo, 29 anos, passou à disponibilidade em 1992, depois de servir as forças governamentais durante seis anos. Diz que jamais aderirá aos motins protagonizados pelos seus ex-colegas militares. «Já sofri. Basta! Não me quero meter em mais problemas». «Allah Aqbar» (Deus é grande), desabafa, de cassetes vídeo e «CD» em punho, buscando potenciais clientes no «Estrela».

O presidente da Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra, Júlio Nimuire, adverte repetidamente que a paz está por um fio, caso não sejam reintegrados os seus ex-companheiros de armas. Ameaça dirigir ele próprio uma inédita operação de «colocação» dos seus associados em tudo o que seja empresa em Moçambique.

O drama provocado pelo fim dos subsídios da ONUMOZ está já a causar motins um pouco por todo o país, sempre abafados pelas violentas intervenções da Polícia de Intervenção. E o panorama é tanto pior quanto é notório, no dia-a-dia, o fosso existente entre ricos e pobres, que suscita alertas de vozes idóneas. «O crescimento do ódio, do rancor e da violência pode constituir uma forte ameaça à paz civil e à fraternidade entre moçambicanos», teme um habitante de Maputo.

SEMINÁRIO

Leituras sobre o individualismo

Prof. Cláudia Fares

Início: 6 de maio

9 semanas, todas as 2ª feiras, das 18 às 20 hs.

Rua da Assembléia, nº 10/823 - Rio de Janeiro

Tel: 531-2000, R. 254

Promoção: CESAP (Centro de Estudos Sociais Aplicadas).

Savimbi recusa vice-presidência "cosmética"

NOVO JORNAL, 30.3.96

Ser um vice-presidente "cosmético", não aceita. "Presidir a um Conselho da República constituído por pastores, padres e outros, não me interessa, não sou padre nem pastor", disse o líder da UNITA, Jonas Savimbi, à agência Lusa.

Numa longa entrevista concedida, no "palácio presidencial", a antiga sede de administração do tempo colonial, no Bailundo, norte da província central do Huambo, por ocasião do 30º aniversário da UNITA, Savimbi abordou a questão das vice-presidências, o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), a formação do exército único e a vida interna do partido.

Savimbi não se mostrou disposto a aceitar uma vice-presidência sem responsabilidades. Se é um vice-presidente que tem responsabilidades, eu aceito. O partido (a UNITA) hoje não quer mas, se eu sentir que isto ajuda Angola e esse lugar tiver responsabilidades, eu aceito", declarou. "Porque ajudar Angola é o que tenho feito até aqui. Se é um vice-presidente cosmético, posso dizer-lhe já que não aceito. Para ir pedir ao gabinete (do presidente) a agenda do dia; diga que não quero".

Sobre os contornos que envolvem a questão das vice-presidências, Savimbi afirmou que o presidente José Eduardo dos Santos lhe reservara a chefia do Conselho da República.

"Quando eu perguntei ao presidente em Libreville o que faria o tal vice-presidente, ele disse-me que eu seria membro do Conselho da República. A mim, não me interessa. Lá (no Conselho) estão os pastores, padres e outros. Eu não sou nem padre nem pastor e aquilo não tem importância nenhuma".

"Disse-me que assistiria às reuniões do Conselho de Ministros, mas eu não sou ministro... Assistir ao Conselho de Ministros, só se fosse para ouvir dizer disparates. E quando assinassem tratados, eu também estaria presente. Eu respondi: ó, senhor presidente, isto não é nada, se fosse eu não aceitava", explicou, ofensivo o líder do Gato Negro, demarcando-se, ao mesmo tempo, do convite de José Eduardo dos Santos.

Savimbi afirmou que aceitaria se na vice-presidência pudesse coordenar uma determinada área — economia, finanças ou os assuntos sociais ou as relações internacionais. O líder da UNITA revelou que o convite que lhe foi entregue por

José Eduardo dos Santos em Libreville é dirigido à UNITA, enquanto partido, contendo no entanto um parágrafo em que o chefe de Estado angolano dá a preferência ao "doutor Jonas Savimbi".

O presidente da UNITA não quis adiantar o nome que o partido irá avançar, acrescentando que a decisão será tomada em congresso extraordinário ou numa conferência nacional do partido. Por outro lado, disse que a posição da UNITA sobre a formação do GURN alargado a todos os partidos da oposição "não deve ser vista como um obstáculo do partido para estender o prazo dos compromissos que assumi". "Esta posição é do conhecimento do presidente da República, se os outros não quiserem entrar, nós entramos", disse o líder da UNITA.

"A entrada da oposição para o (GURN), já discuti com o presidente da República e ele não me disse que sim nem que não, portanto, é uma possibilidade que existe. Isto não viola em nada o Protocolo de Lusaca", acrescentou.

Savimbi disse que não entende a verdadeira tese dos partidos da oposição angolana, ao defenderem a realização de uma conferência soberana sobre a paz e a reconciliação.

"A oposição em Angola, sinceramente, não sei o que quer. Ouvi as declarações do presidente Holden Roberto, sinceramente decepcionou-me, ao dizer que esta coisa de (GURN) alargado não resolve nada e que eles gostariam de ter uma conferência soberana sobre a paz", disse. "É escusado, nunca vão conseguir, o mundo não aceita, nem eles tem meios para isto".

"Angola não é só do MPLA e da UNITA"

"Nós temos alguns meios de pressão neste momento, nós dizemos ao presidente que não deveria ser só a UNITA e o MPLA a formarem o governo, mas todos os partidos, e isto é razoável", disse. "A nossa proposta é razoável".

"Portanto", acrescentou, "é só convencermos o presidente que é para o bem de Angola. Mas quando querem uma conferência soberana. É a própria oposição que está agora a reforçar a posição do governo. Para mim, eu já joguei as cartas que pensei que podia jogar a favor de Angola".

"Se a oposição quer fazer outra coisa, que faça, cada qual faça o que entender, que Angola não é só do MPLA e da UNITA", comentou. "Portanto, eu não estava à procura de obstáculos para a formação do (GURN), é uma possibilidade que existe de todos participarem". "Porque em Novembro teremos sempre um problema, porque acaba a legislatura actual (do parlamento eleito em 1992). Vamos fazer o quê?", disse. "Só temos dois caminhos, ou prorrogar o mandato, que são mais quatro anos, o que considero anti-democrático, ou então encontrarmos uma outra fórmula".

"Quem vai dizer que de Novembro deste ano a dois anos teremos as condições reunidas para a realização de eleições?", comentou. "Mas, se estivéssimos todos no governo, seríamos todos nós se o país pode ou não realizar as eleições. (...) Vamos ver o que os outros querem".

"A formação do governo está contemplada no quadro do acordo de Lusaca e se os outros não querem entrar nós entramos", disse. "Também, como nunca vão ter a tal conferência soberana, prontos, ficam sós. Mas que não digam amanhã, nem aos seus membros nem à população, que nós não oferecemos uma pasta. Se eles não quiserem entrar, nós entramos".

Sobre se não ocupará a vice-presidência oferecida pelo governo angolano, mas continuará presidente da UNITA, Savimbi pareceu adiar a resposta. "Nesta altura, venha (vejamos) o que se vai passar, porque isto é material, não é filosófico".

"A UNITA desarma, porque é o que nós concordamos e queremos fazer. É bom que compreendam (o governo) que não estão a tratar com animais, mas com pessoas que têm de ter um tratamento digno", disse.

Reclamou melhores condições para os guerrilheiros acantonados, dizendo que não os podem tratar como estão a tratar, porque é injusto. "E que aqueles que querem ir para o Exército sejam bem tratados nas FAA. Que se cuide dos que forem desmobilizados", alertou.

"Levaram-me a Bruxelas para pedir auxílio para isso. Não é para mim, é para eles. O dinheiro não vai para Luanda para entrar nos cofres dos outros. Não vou aceitar", disse, referindo-se à mesa-redonda de doutores do ano passado, para apoio ao programa de reconstrução nacional angolana. "Quero que os desmobilizados tenham um futuro mais ou menos garantido".

"E os que vão para o exército, para as FAA, vão ser tropas do governo. Mas a UNITA não tem nada que lhe diga que amanhã a sua força política aumenta. Ao contrário, diminui", comentou, aparentemente equacionando uma nova correlação de forças em prejuízo da UNITA, perdida que for a sua componente militar.

Nunca fez "pequena política"

"Portanto, já não sirvo. O Congresso ou a Comissão Política que nomeiem um vice-presidente (para o GURN) e um presidente para dirigir a UNITA. Eu não sirvo para fazer pequena política, nunca fiz", declarou.

"Tenho de fazer uma política que eu sinto que serve para alguma coisa. Não andei a combater de mochila às costas para ter uma casa em Luanda", disse. "O meu pai já a tinha e a minha casa no Huambo era das melhores. Estudei. Os meus diplomas estão lá na parede, não ando aqui a pedir coisa a alguém".

"Depois de desarmar, eu não sirvo para nada", reiterou Savimbi à Lusa, na sua entrevista no

Bailundo. Sobre o que queria significar, comentou, "é isto mesmo, politicamente é isto".

"Sabe que eu estou na política há 37 anos e ainda tenho muita força política e militar e diplomática", afirmou, fazendo um paralelo entre as personagens políticas angolanas, da sua geração — em que era o mais novo, e da actual, em que é dos mais velhos. "(...) tenho força, está aqui", acrescentou.

"É evidente que eu posso oferecer e posso fazer aberturas, até posso dizer que o meu partido tem quatro ministros e sete vice-ministros (no GURN)", afirmou Savimbi, referindo-se à participação da UNITA no governo a criar dentro de três a quatro meses, segundo acordado no passado dia 1 em Libreville (no seu encontro com Eduardo dos Santos).

"Eu posso dizer, eu aceito só dois ministérios e três vice-ministros. Pode dizer isto, porque eu tenho força. O Holden não pode fazer isso", declarou, referindo-se a aparentes concessões de pastas que a UNITA faria a terceiros partidos.

"Eu também já não sou da geração do presidente da República, sou mais velho", acrescentou. "Portanto, se eu chego à conclusão que não se ganha mais nada politicamente, se se acabou apenas por desarmar, então deixo de fazer política. Não sou indivíduo que veio para a política para arranjar dinheiro como alguns".

"Eu podia fazer tudo o que quisesse na minha vida. Sei que participei mas, se chego à conclusão que desarmar é o fim da UNITA, tenho que sair, já não sirvo", declarou, sobre a actual fase de aplicação do acordo de paz.

"Agora, fim da UNITA, não. Talvez o fim da minha carreira, porque não posso fazer outra coisa. Não sou nenhum lacaio, não posso", afirmou. "O partido está forte, muito forte. Não é preciso medir o partido de 1991/92, em que as pessoas não o conheciam, com o que se passa hoje", comentou, sobre a situação actual da UNITA. Reiterou que tem provas das alegadas fraudes cometidas na eleições de 1992, que tanto ele como a UNITA perderam.

"Depois das derrotas militares que sofremos por causa dos mercenários, aceitámos negociar", disse, referindo-se ao reacender da guerra pós-eleições. "Mesmo assim, não tivemos nenhuma dissidência, não houve militares que se levantaram. Isto mostra a força do partido".

"O partido não se mede pela capacidade de enganar, mas uma boca daqui, oferecer mais dinheiro acolá. Tem um ideal à volta do qual, seja qual for a situação, mantêm-se de pé".

Continua na pág. seguinte

São Tomé e Príncipe

Fortunato Pires é secretário-geral do MLSTP

NOVO JORNAL, 27.3.96

O presidente do parlamento são-tomense, Francisco Fortunato Pires, foi eleito secretário-geral do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD). No congresso do MLSTP, realizado domingo, Fortunato Pires derrotou o seu adversário Armindo Vaz, com 472 votos contra 206. O novo secretário-geral substitui no cargo Carlos Graça, que abandonou a liderança do partido para concorrer às eleições presidenciais previstas, sem data marcada, para Junho próximo. Para além da eleição do secretário-geral, o congresso do MLSTP reestruturou o Conselho Nacional, que passou a incluir 95 elementos em vez dos anteriores 73. Ficou fora deste órgão Joaquim Rafael Branco, actual ministro de Planeamento e Finanças, que, por razões pessoais, pediu para se afastar das estruturas máximas do partido. Foram igualmente aprovados a Comissão de Disciplina e o Conselho Fiscal, cada um com cinco membros. O novo secretário geral, que reconheceu que as coisas "não marchavam bem no seio do partido", afirmou aos jornalistas que vai dar grande atenção ao partido, de forma que haja um maior e melhor relacionamento entre o topo e as suas bases. "É esta a viragem que pretendemos introduzir para o bom funcionamento do partido", afirmou.

Fortunato Pires, 46 anos, actualmente presidente da Assembleia Nacional, licenciado em Direito (pela Universidade de Havana-Cuba), durante a primeira República exerceu vários cargos, entre os quais o de juiz presidente do Tribunal Supremo, embaixador de São Tomé e Príncipe em Portugal e ministro da Justiça, Trabalho e Administração Pública.

A partir de 1991, na segunda República, exerceu o cargo de secretário-geral da Organização dos Trabalhadores de São Tomé e Príncipe — Central Sindical (ONTS-TEP) até a sua eleição para a chefia do parlamento em Novembro de 1994. É membro da direcção do partido há vinte anos, pertence à linha dura dos social-democratas.

O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD) apoia o antigo presidente são-tomense Manuel Pinto da Costa como candidato às próximas eleições presidenciais, previstas para Junho.

Está uma das mais importantes conclusões do II Congresso extraordinário do MLSTP/PSD, o

partido vencedor das eleições legislativas de Outubro de 1994, que decorreu domingo em São Tomé.

Durante os trabalhos do Congresso foram aprovadas três moções, uma de apoio à candidatura de Manuel Pinto da Costa à presidência, outra de agradecimento a Carlos Graça pelo trabalho à frente do partido nos últimos seis anos e uma terceira, de agradecimento à comunidade internacional pelo apoio prestado a São Tomé e Príncipe nos momentos difíceis.

Apoio à candidatura de Pinto da Costa

A aprovação da moção de apoio à candidatura do ex-presidente Pinto da Costa foi acompanhada por uma forte ovação pela quase totalidade dos cerca de 700 delegados.

Dois militantes do MLSTP posicionam-se agora no sentido de se candidatarem à presidência da República — Manuel Pinto da Costa, apoiado pelo partido, e o ex-primeiro-ministro Carlos Graça, que anunciou já esta intenção, abandonando para isso a chefia do governo e a liderança do partido.

O grande perdedor do Congresso, Carlos Graça, não pode contar com o apoio da grande maioria dos militantes e simpatizantes do seu partido, que a partir de agora irão trabalhar em torno da candidatura de Pinto da Costa, que tem Fortunato Pires como mandatário de campanha.

A partir deste Congresso, que serviu para pôr os pontos nos "ii", para além de encontrar uma liderança face ao afastamento de Carlos Graça, a ala "pintista" (de Pinto da Costa) irá tomar conta do partido.

O novo secretário-geral do MLSTP/PSD reconheceu que "as coisas não marchavam bem no seio do partido". Num curto discurso, de-

pois da vitória, garantiu aos jornalistas que vai dar grande atenção ao partido, "de forma que haja um maior e melhor relacionamento entre o topo e a base".

"Esta é a viragem que pretendemos introduzir para o bom funcionamento do partido", afirmou. A vitória de Pires sobre Vaz é o reflexo do descontentamento da maioria dos militantes do MLSTP/PSD que discorda da forma como se negociou a partilha do poder com as forças da oposição.

"Conquistamos o poder nas urnas para o entregar de bandeja aos outros", disse à agência Lusa um militante do MLSTP, acrescentando que o "partido já não está a governar, porque entregou quase todas as pastas à oposição".

O MLSTP/PSD ficou com as pastas da Educação, Equipamento Social e Ambiente, Trabalho, Negócios Estrangeiros e Defesa, as duas últimas, de acordo com a Constituição, coordenadas pelo presidente da República.

Por seu lado, a Acção Democrática Independente (ADI), partido afecto ao presidente Miguel Trovoada, tem sob a sua responsabilidade os pelouros da Comunicação Social, Saúde, Justiça, Comércio, Pescas, Indústria e Turismo, enquanto o Partido Democrático (CODO) ficou com a Agricultura.

Esta situação agudizou a crise no interior do partido que já se encontrava dividido em duas alas: "pintista", afecta a Pinto da Costa, e "gracista", afecta a Carlos Graça.

Conselho Nacional alargado

Para além do secretário-geral, foram igualmente eleitos novos membros do Conselho Nacional, a Comissão de Disciplina e o Conselho Fiscal. O primeiro órgão, de 73 membros, conta agora com sangue novo, aumentando para 95 o total de membros, 65 dos quais foram eleitos ou reeleitos no Congresso.

Os outros 30 são provenientes dos secretariados distritais, da juventude, da condição feminina, entre outros, que por inerência têm assento no Conselho Nacional.

A Comissão de Disciplina e o Conselho Fiscal contam com cinco membros cada. Ficou de fora Joaquim Rafael Branco, actual ministro do Planeamento e Finanças, que por razões pessoais pediu o seu afastamento das estruturas superiores do partido.

A questão da permanência ou não de Trovoada no Palácio depois de 3 de Abril, data em que expira o seu mandato, e a sua substituição pelo presidente do parlamento, defendida no seio da ala "pintista" do

Cont. da pág. anterior

Savimbi recusa vice-presidência "cosmética"

A UNITA fez uma recuperação tremenda em 1995. Hoje, quem tem mais apoio no mundo africano, nós ou o governo? A UNITA está de boa saúde", disse.

"Hoje, a UNITA está reforçada, depois do VIII Congresso (em Fevereiro de 1995), aquele que foi o mais difícil, que muitos de nós consideraram o congresso da divisão. Os militares não queriam saber de nada do Protocolo (de Lusaca), diziam claramente: isto foi negociado por civis", acrescentou Savimbi.

"(Era) uma divisão séria e que as pessoas não entenderam, pensaram que fosse uma encenação, mas era mesmo a ruptura. Isto (o Protocolo) foi negociado pelos civis.

Então eles que ponham em prática", disse, sobre a atitude da altura nas suas fileiras, pós assinatura em Novembro em Lusaca, do Protocolo de paz.

"Quem negociou foi o (então secretário-geral, Eugénio) Manuvalokola, o (actual chefe da sua dele-

gação na Comissão Conjunta de aplicação do protocolo, Isaiás Samakuya e o (outro negociador, Jorge) Valentim, então eles que o ponham em prática. Sabiam que na fase de aplicação seriam chamados eu e eles, para a desmobilização", disse.

"Foi muito sério, até porque as pessoas não compreendem o facto de o (general Arlindo Chenda Pena) "Ben Ben" ter sido, até essa altura, o chefe do Estado Maior (das forças do movimento)", acrescentou. "Não facilitou as coisas, porque ele é meu filho e tem de mostrar aos outros que está mais duro para com o pai".

"Se fosse outra pessoa, talvez fosse mais fácil chegar a um acordo. O "Ben Ben" disse: "eu posso concordar com o pai, mas os outros vão olhar para mim com que cara?". disse Savimbi, rememorando a situação interna nessa altura. "Teve que ser mais duro ainda. Foi muito difícil, mas depois conseguiu ultrapassar. Hoje, sinto uma UNITA forte e com muita saúde".

Continua na pág. seguinte

José Lamego em Luanda

PÚBLICO, 2.3.96

A vez das empresas

O GOVERNO português quer alterar o peso relativo das diversas modalidades de relacionamento com Angola, hoje dominado pela cooperação institucional. José Lamego, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, que ontem chegou a Luanda para uma visita oficial de três dias, tem por missão preparar terreno para que a próxima comissão mista luso-angolana venha a enfatizar as relações empresariais entre os dois países.

"Pensamos que um país como Angola não pode viver apenas da ajuda pública ao desenvolvimento", disse ontem o secretário de Estado durante uma entrevista ao novo canal RDP-África (canal português). A intenção do Executivo português é ultrapassar o quadro tradicional da cooperação em áreas como a educação, a saúde e a administração pública e criar condições para relançar o investimento privado português em Angola.

Para atingir esse objectivo, Lisboa avançou já com um conjunto de propostas relacionadas com a dívida angolana, a enquadrar através de cruzamentos de participações e da criação de empresas mistas. O caso mais espectacular será o das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA) em Angola, mas o mesmo instrumento poderá aplicar-se a outras situações já inventariadas pela parte portuguesa.

O balanço final desse esforço de alargamento da cooperação à área empresarial só será avaliado em Maio, quando se reúne em Lisboa a comissão mista, cujas conclusões vão servir de orientação para o relacionamento entre Portugal e Angola no próximo triénio.

Ao contrário do que é hábito, esta comissão mista contará com a presença dos primeiros-ministros português e angolano, respectivamente António Guterres e Marcolino Moco. Ao estabelecer este formato — normalmente cabe aos ministros dos Negócios Estrangeiros chefiar as delegações — os dois Governos pretenderam demonstrar a vontade mútua de reforço das relações políticas bilaterais. Mas a opção não é só simbólica: a proximidade da data prevista para a tantas vezes adiada criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que deve ser formalizada na cimeira dos Sete lusófonos marcada para Junho, também em Lisboa, justifica a necessidade de um diálogo ao mais alto nível.

A CPLP também faz parte da carregada agenda de José Lamego em Luanda. O assunto será abordado em muitos dos compromissos do secretário de Estado português, cuja lista de contactos com autoridades angolanas inclui o Presidente da República, o primeiro-ministro, seis ministros, um vice-ministro, um secretário de Estado e um governador provincial.

Amanhã, último dia da visita, será altura de tratar do terceiro grande tópico desta visita. No encontro com o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general João de Matos, e num almoço com os embaixadores da "troika" de observadores e com Alioune Beye, representante especial do secretário-geral da ONU, o assunto será o actual momento do processo de paz em Angola, cujos desenvolvimentos, afinal, condicionam todas as intenções de que Lamego é portador nesta visita a Luanda. ■ J.T.M.

Cont. da pág. anterior

Fortunato Pires é secretário-geral do MLSTP

MLSTP/PSD e do Partido de Convergência Democrática, não figurou nas decisões do congresso, segundo apurou a agência portuguesa junto dos congressistas.

Uma fonte contactada pela Lusa afirmou que nada ficou definido mas tudo indica que "é preferível ele continuar no palácio" até às eleições, que irão definir os contornos do novo governo.

"Por aquilo que se viu no Congresso, Armindo Vaz já perdeu toda a legitimidade, embora o novo primeiro-ministro não tenha que ser necessariamente o secretário-geral (Fortunato Pires)", acrescentou a mesma fonte.

O II Congresso abriu com um discurso de Carlos Graça, em que este pediu aos congressistas para "serem claros e pacíficos" de forma a encontrar-se um consenso. Graça fez o historial do partido que ele recebeu em condições difíceis depois de derrotado nas urnas nas legislativas de 1991, e todo o trabalho realizado por ele para trazer o partido de novo ao poder.

Colocou o acento tónico em três momentos importantes: a vitória nas legislativas de 94, a vitória nas autárquicas em que os sociais-democratas conquistaram seis das sete câmaras em disputa e a vitória nas eleições regionais no Príncipe.

Lamego acerta cooperação

PÚBLICO, 4.4.96

O REFORÇO da cooperação financeira e empresarial e a necessidade de rigor no cumprimento dos compromissos em matéria de processo de paz foram as notas dominantes do último dia da visita a Angola do secretário de Estado português da Cooperação e dos Negócios Estrangeiros, José Lamego.

No comunicado ontem assinado por Lamego e pelo seu homólogo angolano, Jonny Pinnock Eduardo, há ainda uma referência à esperada constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) — cuja adiada formalização deverá ocorrer em Junho — e uma declaração de apoio à ideia de uma cimeira euro-africana, que Lisboa já apresentou aos seus parceiros na União.

Ontem, antes de regressar a Lisboa, José Lamego voltou a avistar-se com o Presidente José Eduardo dos Santos e com o primeiro-ministro Marcolino Moco, reuniu com o número um da hierarquia militar angolana, general João de Matos, e esteve com os embaixadores da "troika" de observadores do processo de paz num almoço que contou com

a presença do representante especial do secretário-geral da ONU, Alioune Beye.

O fim da visita de José Lamego coincidiu com a publicação, no "Diário da República" do despacho que autoriza o reescalonamento da dívida angolana a Portugal vencida até ao fim de 1994.

O despacho estabelece uma amortização em dezasete prestações semestrais, com a primeira marcada para o início do ano que vem. A moeda de pagamento é o dólar norte-americano, à taxa de juro fixa anual de sete por cento. Ao estabelecer estas regras, o Governo português dá sequência ao Acordo de Base para a Regularização da Dívida de Angola a Portugal, assinado em Luanda em Junho de 1994, e leva em conta a Acta de Avaliação da Execução do mesmo acordo, rubricada em Lisboa um ano depois.

Angola deve a Portugal cerca de 225 milhões de contos e o reescalonamento ontem consagrado dá resposta apenas a uma parte do problema. A dívida será certamente um dos mais importantes assuntos da comissão mista luso-angolana que, nos dias 6 e 7 de Maio, traz a Lisboa o primeiro-ministro Marcolino Moco.

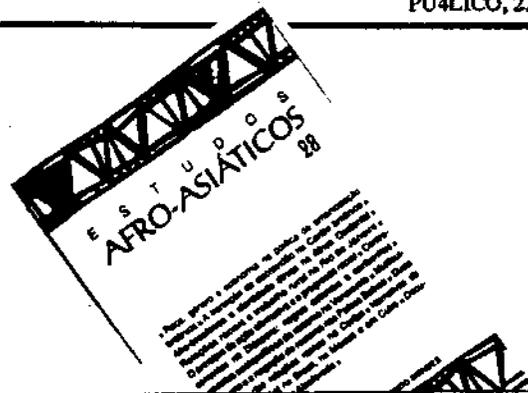
Portugal tem mostrado grande disponibilidade para a troca de dívidas por activos, nomeadamente através da criação de empresas mistas e este foi um dos assuntos abordados por José Lamego na sua deslocação a Luanda. ■

Acusações da UNITA

A UNITA acusou ontem as Forças Armadas Angolanas (FAA) de terem violado o cessar-fogo nas províncias de Benguela e do Bié, entre os dias 19 e 27 de Março, designadamente com a morte a tiro de um tenente; e disse que as condições de alojamento, alimentação e assistência médica nos acantonamentos [onde até agora colocou cerca de 18.700 dos seus 62.500 homens] continuam a ser muito

deficientes. Segundo uma nota do seu gabinete de imprensa em Portugal, o Governo não estará a corresponder à "boa vontade manifestada pela UNITA", pois que os efectivos da Polícia de Intervenção Rápida aquartelados não teriam atingido ainda os 2500, num total superior a 30.000, "o regresso dos militares aos quartéis continua a ser uma promessa e os mercenários permanecem em Angola". ■

PÚBLICO, 2.4.96



ANGOLA

Sobreviventes da paz anunciada

EXPRESSO, 5.4.96

NICOLE GUARDIOLA enviada ao Negage

A BANDEIRA do Galo Negro flutua sobre a base aérea de Negage, destacando-se sobre o céu baixo onde correm nuvens cinzentas que desabam regularmente em violentos aguaceiros. Sobre o terreno e nos arredores, meio cobertos pelo capim alto, carcaças de helicópteros e camiões calcinados lembram os combates pela posse desta estratégica posição.

Na véspera da assinatura dos acordos de Lusaca, as tropas governamentais (FAA) reconquistaram o Uíge, a capital da província que estava há dois anos em poder da UNITA. Dias depois, o general Dembo, vice-presidente da UNITA e lendário «vice-rei do Norte» reocupou a base de Negage, a cerca de 50 quilómetros da cidade. Desde então os dois exércitos continuam frente a frente, numa tensão interrompida por escaramuças.

Uíge é a sede do Comando da Frente Militar Norte das FAA e Quartel-General Regional da UNAVEM. Na vila de Negage está situado o QG do general Dembo, onde há três semanas o 30º aniversário da fundação da UNITA foi celebrado com uma festa de arromba.

«O comandante (uruguaio) desaconselhou-nos a aceitar o convite», relata o sargento Rui, da Companhia de Transmissões portuguesa, destacado com outros cinco militares no Uíge. «Nós, os portugueses, damos-nos bem com uns e outros e resolvemos ir. Aqui, no Uíge, não nos podemos divertir, é uma chatice. Foi uma festa e até dancei com uma jovem da UNITA. A segunda vez, pedi licença ao oficial da UNITA que estava com ela, para dançar com a sua filha. Respondeu-me que não era o pai mas o marido. Fiquei sem jeito, mas ela já me tinha agarrado. Acho que gostou».

UNAVEM: papel difícil

A «fronteira» está a meio caminho da estrada entre Uíge e Negage, materializada por dois «checkpoint» distantes entre si por um par de quilómetros. Teoricamente, a estrada está aberta há cerca de um ano, mas nenhum veículo privado se atreve a passar sem prévia autorização e sem ser acompanhado por homens da

UNAVEM. E mesmo estes são estreitamente controlados pela UNITA. «Estamos proibidos de transportar civis e verificam sempre se os nossos nomes coincidem com os da lista previamente entregue. São muito desconfiados», desabafa a francesa Anne Sophie «observadora» para os Direitos Humanos. Jovem e loira, Anne Sophie teve muita dificuldade em fazer-se respeitar como membro de pleno direito da missão da UNAVEM.

«Não estão habituados a ver mulheres em cargos de responsabilidade e têm particular desprezo pelos observadores civis. Os de cá (as autoridades civis e militares do Governo) utilizam a resistência passiva. Ouvemos mas não respondemos aos pedidos nem fazemos caso das nossas reclamações».

Investigar alegados abusos por parte dos ex-beligerantes é uma tarefa inglória. «Direitos humanos é uma noção que os angolanos ainda não assimilaram. Mas de quando em vez conseguimos libertar um prisioneiro, e isto serve de argumento para convencer a outra parte a fazer também um gesto», reconhece Fernanda Magalhães, a portuguesa que desempenha, no Menongue, as mesmas funções que Anne.

À entrada do acantonamento, perto do Negage, um painel anuncia que a «área de quartamento de Negage Segunda Nada» (sic) foi construída pelo batalhão indiano da UNAVEM em seis dias e aberto a 3 de Novembro de 1995. Os primeiros efectivos da UNITA chegaram a 3 de Fevereiro. Entretanto, vieram as chuvas, particularmente abundantes este ano, que transformaram em lama o chão de terra batida, ensoparam as tendas e parte da comida armazenada estragou-se.

Administrado por uma companhia indiana, o acantonamento do Negage alberga actualmente 5003 militares da UNITA, enquanto outro campo é destinado às famílias, mais de 7500 mulheres e crianças a quem a UNAVEM fornece a alimentação básica: cereais, óleo, açúcar. Tiveram que construir as suas cubatas, com lenha e capim, protegidas da chuva por oleados brancos que dão à aldeia o aspecto de um campo de cogumelos.

«Capacetes azuis» são poucos

Torres de madeira e blindados ligeiros da UNAVEM protegem o perímetro de segurança do acantonamento. O campo não está fechado e os homens da UNITA circulam livremente pela zona ainda controlada militarmente pelo Galo Negro.

Por semana, fazem-se duas contagens e quem faltar duas vezes consecutivas é dado como desertor. Em teoria, é claro, porque no acantonamento do Negage os homens da UNITA não aceitam sujeitar-se às contagens. O segundo comandante, o coronel (das FALA) Ricardo Noé, justifica a recusa pelo facto da contagem «não estar prevista nos acordos de Lusaca. Até terminar o acantonamento, não obedecemos às ordens das FAA nem da UNAVEM, só ao meu Estado-Maior. Não recebi ordens dos meus chefes para fazer contagens e não faço», diz.

O coronel Noé — pai de 13 filhos — não se queixa das condições gerais do campo. «Em 21 anos de tropa, sempre na frente de guerra, é a primeira vez que estou junto da minha família. Podemos ficar aqui o tempo que for preciso». Rejeita a proposta do general João de Matos, chefe do Estado-Maior General das FAA, de proceder à incorporação imediata dos militares da UNITA que desejam integrar as forças armadas unificadas. Pelo contrário, a UNAVEM, a braços com dificuldades financeiras e incapaz de assegurar por tempo ilimitado o sustento de dezenas de milhares de «refugiados de paz», acolheu favoravelmente a ideia.

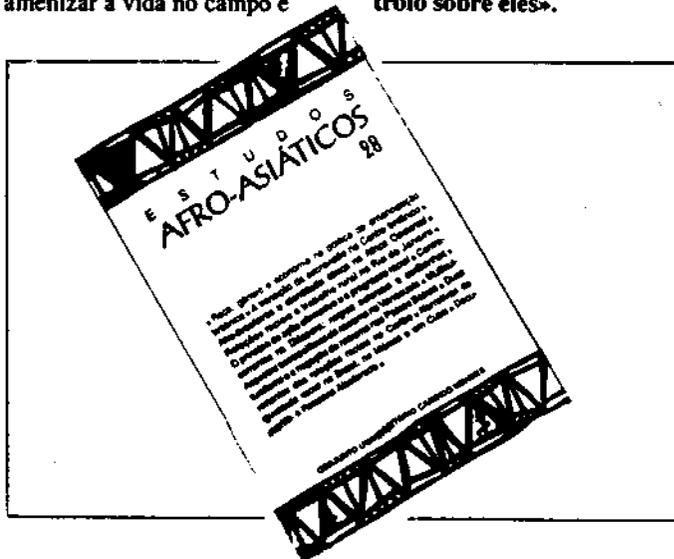
Os «capacetes azuis» indianos fazem o possível para amenizar a vida no campo e

ganhar as simpatias da população. Abriam uma escola profissional, onde 90 jovens se iniciam nas artes da carpintaria, alfaiataria, reparação eléctrica e mecânica. Noutro local, 35 crianças recebem aulas de português, inglês e matemática. Os «capacetes azuis» fornecem água potável ao hospital de Negage e reconstruíram a igreja de Mbanza Congo, no norte da província.

Contudo, o coronel Noé não está satisfeito. «Desde Fevereiro tivemos cinco baixas por doença: paludismo, diarreias, cólicas intestinais, astenia. As famílias não recebem comida suficiente nem equilibrada, só feijão, farinha e óleo. Pedimos alfaias agrícolas e sementes. O pior é a falta de sal. Nós (militares) recebemos cinco gramas por dia. Como repartir uma quantidade tão pequena entre as nossas mulheres e filhos?».

Será por isto ou pela incerteza da situação política «Sentimo-la no estômago», confidenciou ao EXPRESSO um observador europeu que pediu o anonimato: «Todos temos medo. O campo está cheio e não deveria haver mais militares da UNITA à solta. Na realidade estamos cercados por eles».

Acrescenta que o acantonamento do Negage vai ser ampliado para receber mais 800 homens que a UNITA diz ter para acantonar. «Significa que vamos ter 200 'capacetes azuis' fracamente armados para controlar cerca de 6000 aguerridos combatentes. Não podemos impor nada. Fazemos de conta que os vigiamos mas dependemos da boa vontade deles. São verdadeiros militares e disciplinados, mas parece que os políticos da UNITA estão a perder o controlo sobre eles».



A mediação quer 30.000 homens da UNITA acantonados até 8 de Maio

A paz chega a Angola devagar e sem força

PÚBLICO, 5.4.96

AS NAÇÕES UNIDAS e a "troika" dos observadores do processo de paz em Angola — Estados Unidos, Rússia e Portugal — querem 30.000 homens da UNITA aquartelados até ao dia 8 de Maio, que é quando expira o actual mandato da Missão de Verificação (Unavem III). Mas a verdade é que ainda ontem a AFP dava conta de que mais de 1700 acantonados, quase um décimo dos que se tinham apresentado nos últimos meses, já haviam abandonado as zonas de aquartelamento.

O representante da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye, e os embaixadores norte-americano, russo e português estão a procurar que até daqui a um mês a UNITA apresente perto de metade dos seus efectivos totais, com as respectivas armas. Só que o partido de Jonas Savimbi vai dizendo que as condições locais de acantonamento, sete ao todo, nem sempre são as melhores, faltando por vezes alimentação suficiente.

Ontem também, tanto o

Governo angolano como a UNITA condenaram o assassinio de um major jordano e de um capitão zimbabweano, bem como de um agente humanitário britânico, crime cometido quarta-feira por desconhecidos na estrada que liga o Cubal a Benguela. E receia-se que outros incidentes possam ocorrer ao longo das próximas semanas, dado que a paz e a reconciliação nacional se apresentam ainda bastante frágeis.

Cooperação portuguesa

A emboscada desta semana coincidiu com o fim da visita efectuada a Luanda pelo secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, José Lamago, que esteve a preparar o terreno para a Comissão Mista Luso-Angolana que de 6 a 8 de Maio se reúne em Lisboa, com a presença do primeiro-ministro Marcolino Moco.

Portugal vai, durante este ano e o próximo, gastar 16 milhões de dólares na reabilitação de Angola, englobando nessa verba o enquadramento e formação dos meninos de rua, bem como a reinserção dos mi-

litares que vierem a ser desmobilizados, depois da desejável junção numa estrutura única de todos os soldados actualmente existentes tanto da parte do Governo como da UNITA.

Lisboa aposta na reabilitação dos circuitos comerciais das províncias de Benguela e Huíla e, na primeira delas, também na reabilitação da zona agrícola que é o Vale do Cavaco. Além de estar a preparar um acordo específico de cooperação militar, que se espera possa ser concluído por altura da reunião da Comissão Mista, daqui a um mês.

Segundo um memorando consultado pelo PÚBLICO, os governos de Portugal e de Angola querem ajustar a sua cooperação "às necessidades de consolidação e desenvolvimento da economia" daquele país africano, através de uma estratégia que favoreça a cooperação empresarial e os investimentos produtivos.

O elemento inovador de tal estratégia assentará na utilização da dívida de Angola a Portugal como "instrumento

privilegiado de desenvolvimento económico e social", convertendo-a em investimentos produtivos em áreas de importância estratégica para as duas partes.

Luanda e Lisboa deverão agora estabelecer acordos oficiais para enquadramento e suporte de operações privadas de conversão de créditos em investimentos, "quer se trate de créditos privados quer públicos".

Tudo isto é feito, aparentemente, no pressuposto de que as duas partes principais do conflito angolano acabam por se reconciliar, mesmo que isso ainda demore mais uns largos meses e que pelo meio vão surgindo uma série de incidentes de percurso, que a ONU e os observadores tentam ajudar a resolver.

Para já, o mais visível é que a UNITA está muito renitente em designar Savimbi para uma das vice-presidências e que procura ganhar um certo espaço de manobra, mediante a denúncia de movimentações governamentais e a exigência de que Luanda cumpra com as promessas de retirar aos civis as armas que lhes distribuiu em 1992, aquando da grande controvérsia sobre os resultados eleitorais. ■

Jorge Heitor

São Tomé e Príncipe

Alda e os três mosqueteiros

PÚBLICO, 8.4.96

AS ELEIÇÕES presidenciais de São Tomé e Príncipe, no dia 30 de Junho, apresentam a perspectiva de serem essencialmente disputadas entre uma mulher, Alda Bandeira, líder do Partido da Convergência Democrática (PCD), e os três grandes mosqueteiros da política nacional nos últimos 22 anos: Manuel Pinto da Costa, Miguel Trovoada e Carlos Graça.

Também há dois candidatos menores, um empresário e um jornalista, mas nesta altura crê-se que a pugna vai ser essencialmente entre Pinto da Costa, Presidente da República de 1974 a 1991, apoiado pelo MLSTP, Alda Bandeira, mulher do antigo primeiro-ministro Norberto Costa Alegre, Carlos Graça, da ala social-democrata do MLSTP, e Trovoada, que está há cinco anos na Presidência.

As três primeiras destas candidaturas de peso estão já oficializadas, enquanto a última tem até ao fim de Maio para o fazer, sendo sabido que conta com o apoio da Acção Democrática Independente (ADI), de Carlos Neves.

Partindo do princípio de que o eleitorado do MLSTP se terá de dividir entre Pinto da Costa e Carlos Graça, e tendo em conta os resultados das legislativas do ano passado, é de admitir que ao fim da primeira volta tenhamos quatro candidatos com votações muitas próximas umas das outras, ai dos 18 aos 28 por cento. E ir-se-ia então para uma segunda volta, em Julho, entre os dois políticos mais votados no dia 30 de Junho.

É nesta hipótese de os 55.000 eleitores de São Tomé

e Príncipe se poderem dividir basicamente em quatro fatias quase iguais que joga Carlos Graça, ao manter a sua candidatura, apesar de o congresso do MLSTP/PSD, dominado pela ala mais conservadora, se ter pronunciado maioritariamente a favor de Pinto da Costa.

Graça, que está em Lisboa, onde hoje espera ser recebido pelo novo líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, disse ao PÚBLICO não acreditar que a maioria do eleitorado tradicional do antigo partido único siga a indicação do congresso e vote esmagadoramente no antigo Presidente da República, que conta com as simpatias do Futungo de Belas.

Confrontado com a ideia de que a partida seria um candidato com poucas possibilidades,

depois da derrota que os renovadores ou ala social-democrata sofreram no recente congresso do MLSTP, Carlos Graça recordou-nos que também Mário Soares parecia há 11 anos em posição pouco favorável para se abalancar à conquista do Palácio de Belém...

A acreditar no seu raciocínio — e dando como dado adquirido a candidatura ainda não confirmada do Presidente Trovoada, que tal como ele mantém boas relações com o chefe de Estado do Gabão, Omar Bongo —, é pois de crer que tudo possa estar em aberto nas próximas eleições são-tomenses, sem que seja desde já inevitável o regresso de Pinto da Costa ao poder. ■

Jorge Heitor,
com Manuel Barros
em São Tomé

Criadores moçambicanos e portugueses juntam-se em Maputo para “descobrir” culturas Partilhar a gamela de sonhos

PÚBLICO, 7.4.96

Nelson Saúte,
em Maputo

São actores, artistas plásticos, cantores, músicos e outros criadores a favor de um maior intercâmbio entre os moçambicanos e portugueses. Inventaram “Desencobrimentos” para partilhar novas relações. Esta semana deslocaram-se a Maputo centenas de portugueses. Primeira jornada: “Sentir Moçambique”. Fora dos esquemas institucionais da cooperação.

Mia Couto, escritor moçambicano, que se assume como um brincador, inventou o termo de partida: “encobrimento”. Um amigo dele, português e actor, José Rui, activista da ACERT, de Tondela, aceitou o repto: é responsável pelos “desencobrimentos”. Iniciativa que partilha com outro moçambicano, Sol de Carvalho, homem ligado à realização, da Promarte. Ambos estabeleceram as balizas de um projecto. Na primeira acção, a decorrer já em Maputo, encontraram mais de 100 entusiastas. De

Portugal embarcaram para “Sentir Moçambique”. Pagan-do do seu bolso.

A grande novidade deste projecto é o facto de conseguir, fora dos esquemas oficiais de cooperação, quase sempre enquadrados, promover jornadas culturais de extraordinário interesse. Na organização deste evento está ainda a Gesto, do Porto. Todos sentem uma enorme felicidade por transportar “uma gamela de sonhos”, como lhe chama José Rui.

Duas exposições — uma de pintura de Ciro Pereira (português de nascimento e moçambicano de destino) e outra abrangendo seis de fotografias portuguesas —, ambas inauguradas na quarta-feira, foram os primeiros actos. Acrescenta-se o espectáculo de danças tradicionais, “Xingomane”, que desencadeou lágrimas em muitos dos que não estando em Moçambique sempre estiveram com Moçambique ao longo dos anos. Com esta viagem permitem-se a um tremendo reencontro com o seu passado.

Entretanto, o grupo de teatro Xithlangu, com a peça “O Poder da Terra”, que reflecte as contradições do quotidiano moçambicano, empolgou a plateia do Scala na sexta-feira. Dispensa comentários: o teatro é uma das mais criativas formas de estar dos moçambicanos. Também a música está no sangue destes. José Muscavele, na Associação Cultural Txova Xita Duma, que nasceu como uma companhia de teatro, não confirmou o que se esperava. Não vale a pena cultivar expectati-

vas. Ele ultrapassa-as.

Estão agendadas mais exposições — tanto estas como as outras incluídas também no programa cultural que assinalará a reunião, que está para breve, dos ministros dos Negócios Estrangeiros da futura Comunidade dos Países de Língua Portuguesa —, uma mostra do artesanato português, que viajou do Porto, inaugurada ontem, e outra colectiva de gravadores, com gravura em metal e serigrafia, a abrir no dia 11. De Ângelo de Sousa, nascido em Moçambique, Rui Pimentel e o moçambicano Shikhany serão editadas serigrafias, na ocasião. Na mesma data, M’Beu, satélite do Mutumbela Gogo, vai repor a peça “O Dançarino”, já vista em Portugal.

Estas actividades vão para além do simples turismo cultural. Ao longo deste ano — decorrerá até Dezembro —, vão constituir-se na grande iniciativa multi-cultural de que não há memória entre os dois países e dois povos. Sol de Carvalho estabelece a regra: “Só entra quem aceita as igualdades de circunstâncias”. Os criadores envolvidos abdicam de “cachets”, recebendo apenas ajudas de custos para as viagens. Pode-se depreender daqui o “forte sentido de solidariedade” de que se reveste esta iniciativa.

“Nós temos que ultrapassar o inconstitucional”, afirma José Rui. O actor não esquece que a perversão deste esquema criaram, inclusivamente, “feridas tão profundas”. Razão por que é necessário agora “renovar a re-

lação”. “Não por imperativos de uma estratégia política”, atacam os promotores. Fugindo ao esquema institucional não significa recusar certas facilidades que os governos e outras instituições possam oferecer. José Rui exige que deve haver do Estado a responsabilidade de intervir como serviço público. O Presidente Jorge Sampaio e o Alto Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas, José Leitão, manifestaram já o seu apoio à iniciativa. O que colocou os responsáveis pelo projecto “extremamente expectantes em relação ao futuro”.

“Desencobrimentos” assume-se apenas como o despoletar das iniciativas e dos encontros. Os criadores depois autonomizam as suas colaborações. Os promotores não querem ser mais do que agenciadores de “novos cúmplices”. Por isso, “não se fecham numa concha”. Praticam uma abertura constante. Para dar corpo à “grande afeição de circuito não institucional” que domina a expectativa de muitos moçambicanos e portugueses.

Isto se cumpre não só com grandes acontecimentos. Por exemplo, existe a ideia de fazer deslocar a Lisboa miúdos de rua, vulgarmente conhecidos por “meninos de ninguém”, para, nas ruas, construir os carrinhos de arame, e brincar com os meninos portugueses. Estas jornadas têm dois sentidos. “Não se trata da chegada das caravelas”, diz José Rui, “mas do cruzamento das caravelas”. ■

Escândalo financeiro em Moçambique

Martins Barata completamente ilibado

PÚBLICO, 8.4.96

A GÊNESE do chamado “escândalo Socief” remonta a 1989, quando José Martins Barata assessorava o então ministro das Finanças moçambicano, Abdul Magid Osman. Em Novembro desse ano, a Sociedade de Investimentos e Estudos Financeiros (Socief) fez uma emissão pública de 50 mil obrigações de caixa no valor nominal de 100 dólares cada. Criada pelo Ministério das Finanças e propriedade de três importantes empresas estatais, a Socief foi concebida para agir sobre o “mercado negro” de moeda a fim de estabilizar o câmbio paralelo de divisas.

Em meados do ano seguinte, o Gabinete do ministro das Finanças dirigiu uma queixa ao Ministério Público atribuindo ao seu consultor macroeconómico a prática de irregularidades no processo de subscrição das obrigações de caixa.

O inquérito então realizado computou como mais grave o facto de, através da sua influência junto da Socief, ter obtido um contrato de prestação de serviços para uma firma de que era sócio, a Econometer. O relatório do inquérito também imputava a Martins Barata a “violação de um princípio elementar de ética

profissional” por não ter anunciado prontamente ao Ministério das Finanças, onde era consultor, que a Econometer subscivera cinquenta por cento do total da emissão das obrigações do tipo II. O inquérito considerou circunstância agravante o facto de Martins Barata ter retirado vantagens ilícitas na subscrição das obrigações, “valendo-se da informação privilegiada de que dispunha (ele e a sua empresa) quanto à sua concepção, marcha, colocação e subsequente movimentação e negociação”.

Em resposta, Martins Barata referiu que, em Moçambique,

onde pela primeira vez se emitiam obrigações, “não existe qualquer dever quer de índole legal quer de natureza moral, que imponha qualquer proibição na subscrição” das mesmas. Ele garante que as operações em que interveio respeitaram as normas aplicadas a todos os agentes operando no mercado secundário de títulos de Maputo.

Para o economista português, tudo foi perfeitamente transparente: “Vendo que se

Continua na pág. seguinte

Denúncias da UNITA

PÚBLICO, 9.4.96

O GABINETE de imprensa da UNITA em Portugal voltou ontem a acusar as Forças Armadas Angolanas (FAA) de violações ao cessar-fogo, em especial contra áreas abandonadas pelos militares daquele partido, nas províncias de Malange, Zaire, Huíla e Lunda Sul, entre 29 de Março e 1 de Abril. E disse que tais violações "só têm sido possíveis graças à complacência de que tem desfrutado o Gover-

no no cumprimento das obrigações acordadas em Lusaca". Por outro lado, queixou-se de que as condições para o acantonamento das tropas da UNITA — ainda só foram apresentados perto de 19.000 homens num total calculado em 62.500 — "continuam a ser péssimas" e que, por seu turno, a Polícia de Intervenção Rápida apenas teria aquartelado 3367 dos seus elementos. ■

ONU pressiona UNITA

PÚBLICO, 10.4.96

O SECRETÁRIO-GERAL das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, insistiu esta semana, em relatório apresentado ao Conselho de Segurança, que o completo acantonamento dos cerca de 62 mil operacionais da UNITA é a chave para o êxito do processo de paz em Angola e que ainda falta fazer muito nesse sentido.

Butros-Ghali não concorda com algumas das atitudes que têm sido tomadas pelo líder daquele partido, Jonas Savimbi, designadamente quando — à revelia do que está escrito no Protocolo de Lusaca — pede o alargamento do previsto Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional a outras forças políticas, para além das duas mais votadas.

No entender da ONU e de observadores do processo de paz, a UNITA arranja vários pretextos para ir ganhando tempo, não se apressando a apresentar o mínimo de 30 mil homens que a mediação gostaria de ver acantonados até à primeira semana de Maio, quando chega ao fim o actual mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem).

Junto dos elementos que se estão a apresentar nas diversas zonas de acantonamento, é feito um inquérito dando a escolher entre a desmobilização e a integração nas Forças Armadas unificadas. O futuro Exército único será composto, dentro de dois a três anos, por 26 mil homens da UNITA e 70 mil das actuais tropas governamentais. ■

Cont. da pág. anterior

Martins Barata completamente ilibado

aproximava o encerramento da subscrição e que havia muitos títulos por colocar, a Administração da Socief pediu a intervenção duma firma de que sou sócio, a Econometer, para tomar os títulos, com o objectivo de os colocar, depois, no mercado secundário."

O "escândalo Socief" teve bombástica cobertura mediática tanto em Lisboa como em Maputo. A imprensa veiculou na altura que o professor fugira de Moçambique de helicóptero depois de ter desviado quase um milhão de dólares e que aquele país ameaçava recorrer ao acordo de extradição para o julgar.

O professor afirmou que estava a ser vítima de um "processo com utilização de conhecidas técnicas estalinistas" visando "atingir determinadas figuras políticas moçambicanas e certo tipo de política económica" através de ataques à sua pessoa.

Face ao que descreveu como "uma campanha de boatos caluniosos", Martins Barata optou por permanecer em Portugal, de onde dirigiu uma extensa exposição ao procurador-geral da República de Moçambique, protestando a sua inocência e solicitando a conclusão do processo ordenado pelo ministro Magid Osman.

Após anos de procedimentos vários, a Procuradoria da República da Cidade de Maputo produz por fim dois despachos concluindo não ter o arguido cometido os crimes de que fora indiciado. O procurador Provincial Augusto Duarte, que assina os despachos, decreta que se proceda ao descongelamento das contas bancárias de Martins Barata e da Econometer. Ordena também o levantamento da medida de interdição de saída do país que ainda pendia sobre o economista. ■

José Pinto de Sá, em Maputo

Guiné-Bissau

Presença militar norte-americana

PÚBLICO, 9.4.96

OS ESTADOS UNIDOS, que normalmente não se viram muito para o continente africano, excepto em situações excepcionais, como foi a da Somália, estão agora — durante 45 dias — a treinar na região do Gabu (antiga Nova Lamego) elementos das Forças Armadas da Guiné-Bissau, cuja cooperação principal no domínio castrense tem vindo a ser com Portugal.

Segundo a agência Lusa, 10 militares norte-americanos, sob o comando do capitão Francis Deodette, que andou na Guerra do Golfo, encontram-se agora a dirigir exercícios no Leste da Guiné-Bissau, a 200 quilómetros de Bissau.

Acontece que a situação tem estado relativamente tremida na República da Guiné, logo a Sul da Guiné-Bissau, e que não muito longe dali se situa a Libéria, caída em profunda anarquia. Razões provavelmente mais do que suficientes para que os Estados Unidos não possam ignorar por muito mais tempo o desenrolar dos acontecimentos na África Ocidental.

Washington já deu a Bissau uma lancha de desembarque rápido e outra para a fiscalização das águas territoriais guineenses, que se encontram entre as de dois países de língua oficial francesa: o Senegal e a República da Guiné.

Ao longo dos seus 15 anos no poder, o Presidente João Bernardo Vieira tem sabido jogar muito bem o seu relacionamento com Portugal e com França, mas aparentemente agora também não descarta a hipótese de ter um amigo americano, pois que para quem é pobre todas as ajudas são poucas. ■ J.N.

Incorporação da UNITA

PÚBLICO, 11.4.96

JÁ ESTÃO reunidas as condições para integrar nas Forças Armadas Angolanas (FAA) os soldados da UNITA já aquartelados, apesar de ainda não se ter atingido o número de 20 mil acantonados, anunciou ontem em Maputo o chefe do Estado-Maior das FAA, general João de Matos. Ficara estabelecido nos acordos de paz que a incorporação só teria início depois de a UNITA ter 20 mil homens nos quartéis, mas o general disse que falta apenas defi-

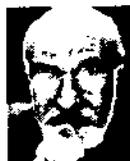
nir o dia para o início do processo. João de Matos concretizou que esse dia marcará também o início da desmobilização o que, deixou a entender, permitirá uma maior segurança em muitas zonas do país. Comentando a morte, na semana passada, de dois observadores da UNAVEM perto de Benguela, disse que as autoridades não podem "continuar a assistir impávidas e serenas" a acções de violência perpetradas por indivíduos armados. ■

Eduardo dos Santos 'ausente' de Luanda

EXPRESSO, 13.4.96

UM ROSÁRIO de especulações está a rodear a visita que o Presidente Eduardo dos Santos está a efectuar a Nice, França. Tão inesperada quanto o lacónico comunicado de imprensa da Presidência que qualificava, 24 horas depois de Eduardo dos Santos ter abandonado Luanda, a visita como «uma visita privada» destinada a proceder a tratamentos de estomatologia. Foi motivo bastante para uma onda de boatos, desmentidos oficialmente, de que o presidente sofria de cancro na próstata.

A visita coincide com a mais grave crise que Luanda atravessa: sem água nem energia, com os professores em greve, antigos combatentes amotinados e os salários em atraso. Daí que alguns círculos apontem a inoportunidade da ausência de Eduardo dos Santos, que pode desacreditar ainda mais uma imagem que se vem deteriorando.



vozes em português

Ruy Duarte de Carvalho*

Responsabilidade ou perigo?

PÚBLICO, 9.4.96

Geria eu então, era no tempo colonial, uma fazenda de 25 mil hectares, no platô de Benguela. Comigo trabalhava um velho bóer, descendente dos que na Humpata fundaram aquela colónia de que até hoje permanecem traços. O homem era sondador, fazia furos, inventava a água, e assim fomos povoando de ovelhas aquela ponta do extremo norte do deserto que começa lá em baixo, no Orange. Homem de pedra, capaz de cheirar água nas distâncias, na vida tinha ido, ao todo, duas vezes ao cinema. Então um dia, era domingo, disse-lhe que fosse, que fosse à Catumbela, à "matinée", e aproveitasse para trazer fruta, e levasse o filho, que era o nosso tratador dos animais, e a mulher e a filha, volumosas damas em visita ao local, vindas do Chiange. Foram e voltaram no tempo exacto da duração do filme e das viagens. Tinham todos gostado, esclareceu-me o filho, e o velho tinha até uma questão a pôr-me: — E aquilo, esse tempo assim, passou-se é quando?... Se o filme era um "western"... então é coisa de para aí cem anos... Ah!... então está bem... já dá para entender... naquele tempo, sim, é que havia cavalos!...

A última vez que me ocorreu esta estória foi há relativamente pouco tempo, quando, num corredor da Universidade de Leiden, um compatriota meu, estudante bolseiro, me interpelou, ofendido: — Então está a dizer-me que o camarada escritor X é mentiroso? É que, para ele, um recente romance de enredo histórico nacional corria o risco, após o que eu dissera, de não valer mais como referência finalmente tangível de uma identidade colectiva angolana e antiga, pré-angolana mesmo. O discurso e o comportamento da heroína, em determinado capítulo, deixavam de projectar-se como testemunho patrimonial de uma maneira "objectiva e coerente" de ser angolano... E eu apenas dissera que, sendo ele estudante universitário, e ainda por cima investido nas letras, talvez lhe fosse útil ter em conta, primeiro, a distância que pode mediar entre uma dimensão histórica e uma versão oralizada da mesma, capaz de transformar em personagens entidades outras, como linhagens, grupos, famílias, por exemplo; e depois ser-lhe prudente considerar também a outra transferência operada ali, entre a personagem mítica e a do romance.

No ofício que tenho, não tanto o de poeta, que poesia ninguém lê mesmo, mas antes o de inquiridor que ouve de uns para ir dizer a outros, uma questão se me põe, sempre: será que entendi bem e contei conforme? Uma questão como esta é sempre grave. Mas ela assume uma particular importância quando se trata de veicular testemunhos que dificilmente poderão ser controlados por quem os produziu e correm o risco, ou o privilégio, de vir a nutrir uma memória colectiva. Aqueles que me contam o que depois transmito são na grande maioria dos casos analfabetos totais, e mesmo os que eventualmente beneficiaram de alguma qualquer aprendizagem das letras pouco provavelmente se acharão alguma vez em condições de poder consumir ou julgar o que sobre eles — o que dizem, fazem, pensam — eu vier a escrever. Escapou-se-lhes o controlo sobre uma diferença sua que é uma versão minha e que outros irão assumir como identidade própria.

Recolho informações. A intenção é tratá-las primeiro, publicá-las depois. É a isso que corresponde o meu lugar social e cívico. Sobre a funda-

mentação e a adequação do trabalho do etnólogo ou do antropólogo, há milhares de textos. Não são questões dessas que me podem pôr a escrever aqui. Tão-só: entendo bem aquilo que ouço e até aquilo que leio, e depois transmito, reproduzo?

Há dois anos, em Bordéus, causei surpresa e inspirei não sei até se certa espécie de comisseração apiedada a alguns politólogos quando, em conversa de almoço, referi que usava, sim senhor, gravador para registar as minhas entrevistas profissionais, embora a posterior fixação do registo viesse a custar-me três ou quatro horas de escrita para uma de gravação. Fiquei a saber que este meu método não era, afinal, coisa assim tão comum. Revelava-se ali, até, como bizarra, arcaica mesmo, talvez, coisa capaz de agudizar os meus complexos de investigador desenquadrado e... africano... Mas como fazer, então? Não sendo estenógrafo (e quantos analistas sociais o serão, no terreno ou fora dele?), não estaria, se optasse por um imediato registo escrito das conversas mantidas, a resumí-las obrigatoriamente e a produzir, logo à partida, um comentário meu ao que o outro dissera, a sujeitar, assim, o seu discurso a um julgamento antes mesmo de analisá-lo, de confrontá-lo com o que eu julgava saber e negando-me desta forma a abertura de estar ali para saber mais ou para saber de novo, ou para saber por fim, ou para rever o que pensava que sabia já? Por isso grave e transcrevo, com hesitações, rectificações, reticências, pausas e tudo, e o que daí extraio depois, de cada vez que volto ao texto até achar que, sim, entendi, pronto, é raramente o que ouvi na hora.

Se a questão fosse apenas de método ou de ordem deontológica, eu não a trazia para aqui, é bem de ver. Só que para mim ela é, como tantas outras questões de contornos bem mais particulares, uma razão nacional, vitalmente nacional. O que eu disser para constar acerca Destes ou Daqueles estarei a dizê-lo a respeito de nós mesmos, quer dizer, a respeito daquela identidade colectiva de que tão ciosos, e ansiosos, andamos todos porque, é assim mesmo, para sabermos quem somos, cada um à sua maneira, precisamos também, e antes, saber onde estamos e com quem e como. Ando a recolher dados de existência e de cultura, e de história, e de economia, e de sociabilidade, junto de populações de que praticamente não existe qualquer registo anterior satisfatório. E quanto tempo há-de decorrer antes que outro registo venha a ser feito? E chegado esse tempo as coisas hão-de ter mudado, sem dúvida, e os termos de um processo tão marcado e dinâmico como o que agora tento caracterizar não serão mais passíveis de recolha. A globalização, a integração no sistema dominante, feita a bem ou feita a mal, terá seguido o seu curso e só existirão, talvez já, sobrevivências, necessariamente e por definição marginais, marginalizadas. O que é dizer: aquilo que eu agora consignar há-de constar como sendo o que era... para todos nós e mesmo para aqueles que hão-de dizer ser Esses, os filhos Daqueles de quem falo agora, os Mesmos.

Sufocante responsabilidade, não é? Tanto mais que ela excede o âmbito da investigação e as hesitações do investigador. Angustiante responsabilidade entre nós, de facto, a de quem escreve, de quem dá a ler. Num país que lê pouco, porque tem pouco para ler e menos talvez quem leia, vale afinal o pouco que se lê... e quem lê pouco... ■

* antropólogo angolano, poeta

Angola

Um período particularmente difícil

PÚBLICO, 13.4.96

O PROCESSO de pacificação de Angola está a atravessar nesta altura um período particularmente difícil, pois a ONU desconfia de duplicidade por parte da UNITA e esta acusa a mediação e os observadores de nem sempre serem imparciais, mostrando-se muitas vezes mais favoráveis ao Governo saído das fileiras do MPLA do que ao partido de Jonas Savimbi.

No seu último relatório ao Conselho de Segurança, o secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, sublinhou que as autoridades angolanas ainda não concederam as instalações necessárias para a criação de uma emissora independente, pela qual a própria ONU levasse a sua mensagem à população.

As Nações Unidas têm em Angola 7000 militares e polícias de diversas nacionalidades, no sentido de procurarem contribuir para que se cumpra o Proto-

colo de Lusaca, de Novembro de 1994, mas lamentam bastante alguns comportamentos tanto de um como do outro lado.

Quanto à UNITA, a preocupação da ONU e dos observadores do processo — Estados Unidos, Rússia e Portugal — é que ainda não tenha acantonado muito mais de 21 mil combatentes, com umas 17 mil armas e uns escassos 800 quilos de munições, num total avaliado em pelo menos 62 mil homens que há dois ou três anos andariam a combater.

A desculpa do partido de Savimbi para tal facto é que as Nações Unidas não abriram tantas áreas de acantonamento quantas as previstas no Protocolo de Lusaca, que eram no mínimo 12, nem as equiparam devidamente, com alimentação variada e assistência médica aceitável.

Outra referência que se encontra no relatório de Butros-Ghali divulgado esta semana é que a idade de alguns elementos apresentados pela UNITA e a qualidade das armas entregues deixam a desejar, como se tal grupo estivesse a reservar

para o fim os combatentes mais experimentados e o seu melhor armamento.

A isso responde o partido de Savimbi que a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem III) não se preocupa tanto por a Polícia de Intervenção Rápida, os "ninjas" governamentais, ainda não ter aquartelado muito mais de 3500 elementos; e por ainda nem sequer haver começado o processo de recolha das armas que o regime distribuiu em 1992 à população civil.

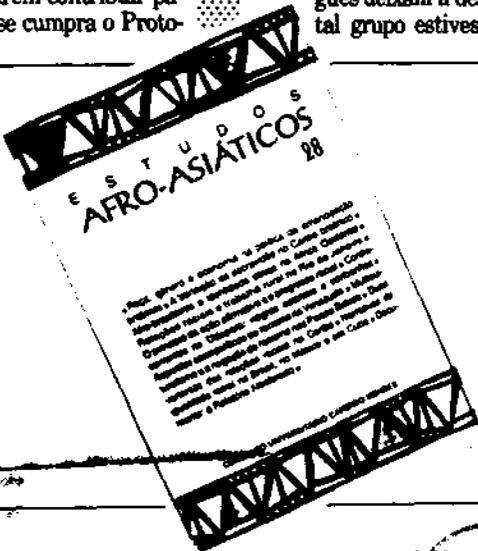
Perante estas circunstâncias é que se duvida bastante de que dentro de dois ou três meses seja possível reunir numa única instituição, as novas Forças Armadas Angolanas (FAA), cerca de 180 mil indivíduos que, de uma e outra parte, andaram a fazer a guerra. E ainda se duvida muito mais de que antes de Agosto ou de Setembro possa ser constituído em Luanda qualquer Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional, coisa com que muitos sonham desde a data da proclamação da independência, em 11 de Novembro de 1975.

Frustraram-se as esperanças renascidas com a cimeira do dia 1 de Março em Libreville e ainda ninguém sabe dizer quando é que se verão acantonados mais de 30 mil homens da UNITA, fechadas nos seus quartéis as tropas governamentais, devidamente aquartelados muito mais de 6000 "ninjas" e recolhidas centenas de milhares de armas em posse de civis.

O texto que há dias o secretário-geral da ONU entregou ao Conselho de Segurança reafirma que "a paciência dos principais doadores tem limites e o seu apoio dependerá em grande parte do compromisso" que as autoridades de Angola e a UNITA saibam respeitar em relação à paz e à reconciliação nacional.

O mesmo é dizer: não se pode ajudar quem nem sequer sabe ou quer ajudar-se a si próprio. E as direcções tanto do MPLA como do Galo Negro já deviam ser suficientemente adultas para ultrapassar de uma vez por todas muito daquilo que há mais de duas décadas as divide e que tem estropeado uma pátria com condições para andar. ■

Jorge Heitor



Notícias Africanas

D.H

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bitencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. WE ASK FOR EXCHANGE.

Morte de escritor moçambicano

PÚBLICO, 14.4.96

ORLANDO MUHLANGA, que se estreara auspiciosamente com "Diário de Sangue", novela que narra a tragédia da guerra em Moçambique (ver Leituras de 30-3-96), morreu no passado domingo, em Maputo, vítima de acidente de viação. Tinha 33 anos, era jornalista e preparava-se para publicar mais um livro. Agenciou a obra Maguiguana, escrito a lenda das tropas de Ngunghana, o último imperador de Gaza, como herói.

"Diário de Sangue" é uma significativa obra de ficção publicada originalmente em Moçambique nos anos 90. Com ela, Orlando Muhlanga acrescenta-

ra um livro notável à ficção moçambicana depois dos livros de Mia Couto e Ungulani Ba ka Khosa, ambos revelados na década de 80.

A literatura moçambicana sofre, com Muhlanga, uma vez mais, a fatalidade que sempre a caracterizou: os seus nomes mais emblemáticos ou cedo morreram ou sofreram. No primeiro título, Assim foi com José Saramago, que morreu antes de ser editado. Outros Contos, ou Isaac Zitha, que também não teve ocasião para corrigir as provas do seu "Os Moleiros". Para citar alguns casos exemplarmente trágicos. ■

COLIT
UNITA

I M P R E S S O